

## Seguros agrícolas: agricultores querem novas coberturas para responder às alterações climáticas

Págs. 4 e 5



## Indústria alimentar e de bebidas emprega 4,24 milhões de pessoas na Europa

O relatório anual de 2017 da 'FoodDrink Europe' revela que a indústria alimentar e de bebidas agrega mais de 289 mil empresas na Europa (10 996 em Portugal), contribui com 1,7% para o valor acrescentado bruto da UE, empregando 4,24 milhões de pessoas (107,5 mil em Portugal).

Págs. 2 e 3



### Editorial

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt



## 'Pegar o touro pelos cornos'

Na demografia como no clima, fazer acontecer mudanças com expressivo significado na vida de um país exige políticas estruturantes e investimentos avultados ao longo de décadas. E temos sempre de contar com a imponderabilidade do destino.

Os incentivos à natalidade, ou são suficientemente atrativos e associados a medidas social e economicamente inclusivas de médio/longo prazo, ou não produzem resultados palpáveis, como, aliás, nos temos dado conta nos últimos anos. Portugal registou em 2016 a segunda taxa de natalidade mais baixa na UE28 - 87 mil nascimentos, ou seja, 8,4 por cada 1000 habitantes - e foi um dos países

cuja população diminuiu, diz o Eurostat. E, mesmo perante a frieza impiedosa dos números, ainda nenhum Governo olhou além do imediato e 'pegou o touro pelos cornos'.

Vem isto a propósito das aleatoriedades climáticas dos últimos meses. O outono de 2017 em Portugal continental foi o segundo mais seco desde 1931 (depois de 1971) e o quinto mais quente desde 2000. E se há 3500 agricultores beneficiados pelo regadio de Alqueva, os escaldões e a seca começam a gerar efeitos danosos nas restantes explorações sem acesso à água, com incidência direta na economia das culturas, dos produtores e do país. De Trás-os-Montes ao Douro e ao Algarve, do vinho ao azeite, aos frutos e aos cereais, todos se ressentem mais e mais a cada dia que passa sem chover.

É certo que um país como Portugal não risca (quase) nada na origem das mudanças climáticas que se estão a gerar a nível global. E, mesmo com Centeno no Eurogrupo e Guterres na ONU, ainda não temos o poder de mandar chover. É por isso que, ou olharmos o problema das barragens e do acesso à água disponível bem de frente, ou (sobre)viveremos à mercê do que a Natureza e certos interesses nos querem impor.



### Destaques

Orçamento europeu 2018 reforça apoios às práticas agrícolas sustentáveis

Págs. 2 e 3

PDR 2020 deixou de financiar projetos de criação de porco bísaro

Pág. 8





# Estado deve melhorar os apoios concedidos à contratação dos seguros agrícolas



Corvaceira Gomes, diretor executivo da APROSE.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

“A conjuntura recentemente vivida e as tragédias ocorridas criam condições para uma maior sensibilização dos agricultores quanto à importância capital que os seguros podem assumir, enquanto instrumento de compensação, em relação aos riscos a que a sua atividade se encontra inelutavelmente sujeita”, afirma Corvaceira Gomes, diretor executivo da APROSE - Associação Portuguesa da Mediação Profissional de Seguros. Isto, não obstante “já muito se ter feito, quer na perspetiva do Governo e da legislação existente, quer ainda no respeitante ao esforço, reconhecemo-lo, da atividade seguradora e de mediação de seguros”.

Em declarações à “Vida Económica”, e questionado sobre se os seguros agrícolas disponíveis no mercado dispõem de coberturas para responder às alterações climáticas se ou terão de ser lançados novos produtos para responder a estes novos desafios, Corvaceira Gomes é claro: “é suscetível de se fazer, no sentido de melhor proteger os agricultores quanto às crescentes e cada vez mais acentuadas alterações climáticas que influenciam de sobremaneira o setor agropecuário e onde o envolvimento do Estado poderá ser reforçado”.

Ainda assim, reconhece que os seguros são “facultativos” e que há “liberdade contratual”, embora pudessem ser “tendencialmente obrigatórios a jusante enquanto condição para

acesso à atribuição de apoios públicos para além dos que visam a contratação dos seguros agrícolas propriamente ditos e quando mais 50% da produção de determinada região ou produto esteja abrangida por apólices de seguros”.

Questionado sobre se, tendo em conta a situação grave que se vive em Portugal devido à seca, as companhias de seguros estarão recetivas a uma maior adesão aos seguros agrícolas”, Corvaceira Gomes está “em crer que sim”. No entanto, “no pressuposto de que o Estado e a União Europeia, face à natureza específica dos riscos em presença e à importância do setor agropecuário no contexto nacional, não somente para os operadores como para a sociedade civil em geral e a economia do país, melhorem e tornem mais eficientes os apoios concedidos à contratação dos seguros agrícolas”.

Ao Estado e à União Europeia “também cabe a consciencialização quanto à relevância e importância dos seguros como mecanismos de transferência dos riscos”, diz o responsável da APROSE, pelo que devia torná-los “mais interessantes e atrativos, quer para os agricultores quer para as seguradoras”.

O diretor executivo da APROSE está, aliás, “absolutamente convencido” de que, sem o envolvimento dos poderes públicos, numa clara e assumida intervenção do Estado e da União Europeia, o preço das apólices se tornaria “absolutamente inoportuno para os agricultores”.

DIRETOR DA ÁREA AGRÍCOLA DA CAIXA AGRÍCOLA SEGUROS LANÇA O REPTO

## “É imprescindível o Estado integrar e bonificar novas coberturas e apólices de seguros”

Em Portugal, “apenas cerca de 25% dos agricultores recorrem aos seguros como forma de mitigar risco” e, por essa razão, as tarifas são “elevadas, repercutindo-se no preço final”. Em entrevista à “Vida Económica”, Lino Afonso, diretor da área agrícola da Caixa Agrícola Seguros, é taxativo: “as companhias de seguros estão recetivas a uma maior adesão aos seguros agrícolas” e “disponíveis para estudar e colaborar na criação de novas coberturas” para responder às alterações climáticas. Mas, para isso, é “imprescindível o Estado estar recetivo a integrar e bonificar estas coberturas e apólices”.



Lino Afonso, diretor da área agrícola da Caixa Agrícola Seguros.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

**Vida Económica – Será este o momento de lançar uma campanha de sensibilização para uma maior adesão aos seguros agrícolas?**

**Lino Afonso** - As alterações climáticas estão a fazer-se sentir com alguma rapidez e acutilância, levando a uma constante alteração das necessidades sentidas pelos agricultores, entre elas, coberturas orientadas para a seca. Os principais riscos do passado (geada) não são os do presente (granizo) e não serão os do futuro (escaldão e seca). O mercado ainda não dispõe de seguros para a seca, embora, em meu entender, seja um assunto que merece a atenção e preocupação de todos os intervenientes, como sejam o Estado, em primeiro lugar, as seguradoras, em segundo lugar, e por fim os agricultores. Só será possível criar algo se existir vontade por parte de todos os intervenientes.

**VE - A CA Seguros tem algo pensado a este nível?**

**LA** - A CA Seguros criou a cobertura de ‘Escaldão’, mas levou aproximadamente cinco anos a estudá-la em conjunto com o Instituto Superior de Agronomia. Para a criação e implementação de novas coberturas, é necessário algum tempo de estudos para obtenção de informação estatística e, sobretudo, vontade política e meios financeiros para o efeito. No anterior sistema, existia um mecanismo chamado ‘Fundo de Calamidades’, o qual visava dar resposta a fenómenos que não estivessem a coberto

das apólices, entre eles a seca. Com o desaparecimento deste mecanismo, ficamos sem resposta para este tipo de eventos.

**VE - Os seguros agrícolas disponíveis no mercado dispõem deste tipo de coberturas ou terão de ser lançados novos produtos para responder a estes novos desafios relacionados com as alterações climáticas?**

**LA** - A CA - Seguros está disponível para estudar e colaborar na criação de novas coberturas, embora, para tanto, seja imprescindível o Estado estar recetivo a integrar e bonificar estas coberturas e apólices. A prova disto é o facto de termos no nosso portefólio uma apólice de ‘Seguro Pecuário’, uma apólice de ‘Incêndio Florestal’ e uma outra de ‘Incêndio Agrícola’. Qualquer delas é pouco utilizada, dado que o Estado não apoia nenhuma delas, quer ao nível das bonificações, quer, inclusive, ao nível de resseguro. Posso adiantar-lhe que, nestes três produtos, não chegamos a 150 contratos que dispomos. Numa fase em que o país saiu de um verdadeiro pesadelo com os incêndios do passado verão, seria uma altura propícia, no âmbito dos novos investimentos, apoiar uma apólice de incêndio florestal ou agrícola com vista a mitigar os riscos inerentes.

**VE - Qual é o número de apólices de seguros contratadas com a CA Seguros neste momento? É essencialmente para que tipo de coberturas?**

**LA** - A CA - Seguros contrata anualmente qualquer coisa

como 1100 apólices de colheitas, sendo a sua maioria em vinha, algumas fruteiras e uma parte significativa em olival e horticultura. Dado que muitas destas apólices são uniformes (elaboradas e comparticipadas pelo IFAP), não permitem a inclusão de outras coberturas para além daquelas que são usuais, como o tornado, tromba de água, quedas de neve, incêndio, granizo e queda de raio.

**VE - Tendo em conta a situação grave que se vive em Portugal devido à seca, crê que as companhias de seguros estarão recetivas a uma maior adesão aos seguros agrícolas?**

**LA** - As companhias de seguros estão recetivas a uma maior adesão aos seguros agrícolas. Aliás, um dos problemas com que se confrontam é justamente a baixa adesão, pois apenas cerca de 25% dos agricultores em Portugal recorrem aos seguros como forma de mitigar risco. Verifica-se também a chamada ‘anti-selecção’, isto é, só faz seguro quem tem elevado risco, o que leva a que as tarifas sejam elevadas, repercutindo-se no preço final.

**VE - É expectável que o custo das apólices suba devido a esse facto?**

**LA** - Se a adesão fosse superior, tendencialmente, os preços seriam mais baixos. Posso afirmar que, para ter uma agricultura empresarial e competitiva, é necessário um bom sistema de seguros e, para que isso aconteça, é necessário o Estado estar disponível, apoiando e incentivando a sua utilização.

BOLOTA É RICA EM FIBRA E PROTEÍNA E TEM PROPRIEDADES ANTIOXIDANTES

# Bolota: 55% da produção é desperdiçada

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A fileira da bolota em Portugal vale hoje “cerca de 6,3 milhões de euros”. A produção anual média está estimada em 401 585 toneladas, mas 55% (221 530 toneladas), que se concentra sobretudo no Norte do país e no Alentejo, está a ser “desperdiçada”.

Miguel Sottomayor, docente da Escola Superior de Biotecnologia (ESB) da Universidade Católica Porto (UCP) e autor do estudo “Potencial Económico da Bolota em Portugal: Análise Exploratória”, revelou, em finais de novembro, em Matosinhos, num simpósio ibérico, que o potencial de acréscimo de valor pela utilização da produção de bolota não utilizada é “da ordem dos 13 milhões de euros”. Aliás, diz este investigador que há procura em Portugal para dois produtos: a venda de bolota limpa (30%) e a venda de bolota processada (70%). O preço da primeira varia entre 0,50 euros e um euro o quilo; já o preço segunda oscila entre 1,5 euros e os três euros o quilo.

A utilização passiva mais corrente da bolota é pela fauna selvagem (alimentação do javali, raposa, veado, corço, raposa, pombo bravo), já em termos de utilização ativa, mais de 83,6 mil toneladas de bolotas são recolhidas para a engorda

## Utilização corrente da produção de bolota

Utilizações atuais (estimativa)	Alentejo e Lezíria		Norte		Total	
	(%)	(t)	(%)	(t)	(%)	(t)
Porco Montanheira (Sul)	27%	83530	0%	0	21%	83530
Outra utilização direta pecuária	4%	12191	1%	968	3%	13159
Processamento (Sul)	1%	3048	0%	0	1%	3048
Fauna Selvagem	20%	60957	20%	19360	20%	80317
Bolota não utilizada	48%	145058	79%	76472	55%	221530
Total	100%	304785	100%	96800	100%	401585

de suínos de raça alentejana (montanheira). Cerca de 13 mil toneladas vai para engorda em regime extensivo de outras espécies pecuárias, sendo que apenas um valor residual de 3048 toneladas de bolotas é que é utilizado no processamento de farinhas, utilizadas na confeção de vários produtos alimentares (pão, bolachas, entre outros).

Os estudos realizados pela ESB da Católica Porto sobre a bolota de azinheira do montado alentejano demonstram “um elevado valor nutricional” da bolota fresca e da respetiva farinha que, além da “riqueza em fibra e proteína,

perfil de lípidos semelhante ao azeite e ausência de glúten, exibe uma riqueza em compostos antioxidantes”. A investigação, conduzida pela investigadora Manuela Pintado, dá conta de várias outras utilizações possíveis da bolota no setor alimentar, que já é utilizada na produção de bebidas de café de bolota, com sabor harmonioso a aroma a café (sem cafeína). E também ficaram demonstradas as propriedades antioxidantes deste fruto extraído do sobreiro, da azinheira e do carvalho. Aliás,

o ‘chef’ de cozinha Pedro Mendes, autor do livro de receitas “O Renascer da



Bolota” e presente no simpósio de Matosinhos, tem olhado para este superalimento pelo prisma do seu potencial na alimentação humana.

No estudo desenvolvido pela ESB-UCP foi igualmente validada a “ausência de toxicidade” das bebidas de bolota. Em paralelo, a equipa de investigação desenvolveu uma bebida de bolota fresca desprovida de amargor que, além das propriedades antioxidantes, demonstrou, pela primeira vez, “a capacidade de promover o crescimento das bactérias benéficas presentes na nossa microbiota intestinal”.

Também a Herdade do Freixo do Meio, próxima de Montemor-o-Novo, tem trabalhado várias formulações de pão e biscoitos com características sensoriais consideradas “únicas” e com “elevado prazo de validade”. Aliás, “todos os produtos são adaptados a doentes celíacos, ou seja, com alergia ao glúten”.

Finalmente, e porque da bolota nada se perde, esta investigação da ESB da Católica do Porto também olhou para os resíduos da casca de bolota, a partir dos quais foram produzidos extratos que, pela sua “excelente ação antioxidante e antimicrobiana”, são considerados “promissores no desenvolvimento de cosméticos com ação anti-envelhecimento”.

PUB

## SISTEMAS DE PROTEÇÃO DE CULTURAS

### ANTECIPAÇÃO E EXTENSÃO





**SOLUÇÕES SEGURAS PARA AS MAIS EXIGENTES CULTURAS**






**ASSEGURAMOS AS SUAS COLHEITAS.**

- ANTI-GRANIZO
- ANTI-CHUVA
- ANTI-ESCALDÃO
- ANTI-PÁSSARO
- SISTEMAS DE CONDUÇÃO E TUTORAÇÃO
- ESTRUTURAS DE SUPORTE
- ACESSÓRIOS



COTES

[www.cotesi.com](http://www.cotesi.com)

# PDR 2020 deixou de financiar projetos de criação de porco bísaro

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Agostinho Moura comprou os primeiros porcos em 2005. “A ideia era começar a fazer fumeiro, mas os fatores de produção dispararam e deixou de ser rentável fazer engorda”, diz à “Vida Económica” o empresário agrícola de Amarante. Agora, dedica-se a uma pequena exploração de porcos bísaros que, ainda assim, está longe de satisfazer as necessidades – 150 leitões por semana - do restaurante da especialidade (Filhos de Moura) que há cerca de 10 anos também abriu na freguesia de Aboim onde nasceu, cresceu, foi presidente da Junta de Freguesia e lhe estão fixadas as raízes.

“Optei pelo bísaro. Só compro leitões bísaro. O crescimento é mais lento, a alimentação é diferente, os porcos são mais compridos, mais altos e mais estreitos, mas a gordura deles dá um sabor muito especial à carne, que a distingue e a torna um produto muito específico e apreciado”. “A produção não é tão intensiva nem homogêna, muitas vezes os porcos são criados ao ar livre”, pelo que este é “um produto diferenciador”, refere Agostinho Moura, que possui 15 fêmeas a procriar. O único problema é que, tendo em conta que cada uma pare entre oito e 10 leitões por ninhada duas vezes por ano, ao fim de três meses, três semanas e três dias de gravidez, “precisava de 400” exemplares para dar vazão às encomendas internas e, até, para fora.

No restaurante Filhos de Moura atende centenas de clientes mensalmente, entre várias figuras da política e do desporto, vindos de quase todos os pontos do país e até do estrangeiro, entre eles “turistas espanhóis, ingleses, escoceses e noruegueses”. O Presidente da República, Mar-



celo Rebelo de Sousa, oriundo do vizinho concelho de Celorico de Basto, “já me disse que havia de cá vir, mas ainda não veio, mas recebo cá vários presidentes de câmara e jogadores de futebol”, diz.

António Maria Teixeira é um dos produtores de porco bísaro que abastece o restaurante de Agostinho Moura. A “Vida Económica” visitou a exploração onde investiu 100 mil euros, em Telões, apoiado pelo PRODER, e onde dispõe, além de um terreno agrícola com monte onde os porcos circulam ao ar livre, de uma maternidade com 68 fêmeas e uma zona de desmame para onde as porcas reprodutoras são encaminhadas depois de darem à luz e até ficarem novamente com cio.

Garantindo que este é “um setor com rentabilidade”, António Maria Teixeira revela que “é preciso acompanhar o cio e cobri-las na altura certa”. O seu objeti-

vo é elevar a rentabilidade e “conseguir mais de duas ninhadas por ano”.

## De 115 explorações em 2013 para 205 em 2017

A Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara (ANCSUB), entidade gestora do respetivo livro genealógico, tem 205 criadores ativos aderentes em Portugal. Pedro Fernandes, técnico ANCSUB, explica à “Vida Económica” que “estas explorações encontram-se em praticamente todo o território continental acima do rio Tejo”, mas que “a maioria” está na região de Trás-os-Montes, num total de 110. As restantes estão pelo Minho, Beira Interior e Beira Litoral e mais uma no concelho de Alcácer do Sal. O número de animais inscritos no livro genealógico soma 5800 porcas reprodutoras.

“Nos últimos anos, especialmente a partir de 2013, a raça bísara tem experimentado um crescimento assinalável do seu efetivo reprodutor, tendo passado de 3300 porcas reprodutoras em 2013 para 5800 em 2017”. Também o número de explorações tem aumentado. Passou “de 115 explorações em 2013 para 205 em 2017”, devido à implementação de projetos financiados pelo PRODER e pelo atual PDR2020.

Aliás, “o apoio que existe para a raça bísara (manutenção das raças autóctones em risco) ajudou neste desenvolvimento”, diz Pedro Fernandes, mostrando, no entanto, preocupação porque “é um apoio que deveria estar disponível até 2020 e, em 2015, esta medida foi encerrada por falta de cabimento orçamental”. Em consequência, “já houve alguns abandonos da produção e outros que nem quiseram iniciar esta atividade por falta de apoio e receamos que, depois de um desenvolvimento do efetivo reprodutor tão interessante, possa haver uma diminuição devido ao cancelamento deste apoio aos criadores”.

O porco bísaro é uma das três raças autóctones nacionais desta espécie, sendo detentor de um “património genético único e português”. A sua conservação e desenvolvimento adverte o técnico da ANCSUB, “é uma obrigação nacional”, porque contribui para um “desenvolvimento sustentável, através da qualidade dos produtos que lhe estão associados, manutenção da biodiversidade, viabilidade económica, respeito pelos condicionamentos ambientais e a procura do mercado, não só pela qualidade mas, também, pelos aspectos éticos e de bem-estar animal associados a este tipo de produção”.

Falamos de “uma raça de desenvolvimento tardio, com crescimento mais lento, o que permite uma infiltração de gordura nas fibras musculares (gordura intramuscular), que confere um aspecto ‘marmoreado’ à carne, o que as raças industriais não têm”. Isto, aliado a um “regime alimentar tradicional, mais natural, baseado em cereais, produtos hortícolas produzidos nas próprias explorações, frutos (com destaque para a castanha) e também ao exercício a que os animais são sujeitos – são explorados essencialmente ao ar livre –, traduz-se numa carne mais saborosa, mais tenra e suculenta”.

Questionado sobre a evolução dos preços da carne, Pedro Fernandes diz que este é “o ponto mais sensível”, pois, “devido a várias razões, a carne de porco bísaro, seja de leitão, seja de animais adultos, não é valorizada como devia”. A conjuntura atual, que faz com que “os consumidores procurem o preço e não a qualidade” e o facto de não haver produção organizada e os produtores trabalharem “quase cada um por si”, não contribui para valorizar o produto. Ainda assim, “está em avaliação o processo de reconhecimento de um agrupamento de produtores que, a ser aceite, permitirá uma melhor organização da produção e, consequentemente, a fixação de preços mais justos”.

PUB

CA Colheitas

O FUTURO COM  
MAIS CERTEZAS.

APOSTE NA SEGURANÇA E VIVA A  
SUA COLHEITA COM CONFIANÇA.

GARANTA A SUA COLHEITA EM CASOS DE SINISTROS  
DE ORIGEM METEOROLÓGICA COBERTOS PELA APÓLICE.

Linha CA Seguros  
+351 213 806 000

Atendimento personalizado  
de 2ª a 6ª feira, das 8h30 às 17h30

Esta informação não dispensa a consulta da informação pré-contratual e contratual legalmente exigida.  
O seguro CA Colheitas é um produto da empresa participada Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A., Rua de Campolide, 372 - 3 Dtº 1070-040 Lisboa | Capital Social 18.000.000 Euros M.C.R.C. Lisboa e Pessoa Colectiva n.º 503 384 089.

CA  
Seguros  
Seguramente ao seu lado.  
Grupo Crédito Agrícola